



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONTAS MÉDICAS

ADM INTERNO - SEMUSA 37996/2025/SMS - CONTAS
MEDICAS/Semusa-E

Cabo Frio, 13 de maio de
2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37996/SEMUSA/CB/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37996/2025

LOCAL: MUNICÍPIO DE CABO FRIO

ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

Edital de Chamamento Público nº 37996/SEMUSA/CB/2025, destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em integrar, de forma complementar, a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Município de Cabo Frio/RJ, para a prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise, na modalidade beira leito (in loco), conforme condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará procedimento de credenciamento, na forma de chamamento público, configurando hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, caput, c/c inciso IV, e art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e demais normas aplicáveis, visando à contratação complementar de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de **Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise, na modalidade beira leito (in loco)**, destinados ao atendimento de pacientes renais crônicos, agudos ou em situações de urgência e emergência, internados em unidades hospitalares, unidades de pronto atendimento e demais estabelecimentos de saúde integrantes da rede pública municipal de Cabo Frio.

Este Chamamento Público terá caráter de cadastramento permanente, permanecendo aberto para o ingresso de novos interessados a qualquer tempo durante sua vigência, desde que preenchidos os requisitos de habilitação técnica e jurídica estabelecidos neste instrumento, conforme o art. 79, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

O presente edital tem por finalidade atender à necessidade da rede municipal de saúde no que se refere à ampliação e continuidade da oferta de serviços de **Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise beira leito**, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja execução será realizada por pessoa jurídica devidamente habilitada e credenciada, com remuneração vinculada aos valores estabelecidos na tabela adotada pela Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação ocorrerá mediante chamamento público para credenciamento, assegurando a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, garantindo os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, eficiência, economicidade e demais preceitos constitucionais e administrativos que regem a Administração Pública.

1- DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

1.1. O presente Edital tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, conforme as disposições deste instrumento e seus anexos, para a prestação de serviços especializados de **Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise, na modalidade beira leito (in loco)**, como forma de complementação à rede municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), visando ampliar a oferta assistencial.

1.2. Os serviços serão prestados mediante demanda regulada pela Central Municipal de Regulação, com pagamento por produção efetivamente realizada, observados os valores fixados na **Tabela Municipal** de acordo com os critérios técnicos, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

1.3. O credenciamento será realizado em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), bem como com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e demais normas complementares.

1.4. Em relação à legislação aplicável, o presente Edital e seus anexos serão regidos pelas disposições dos arts. 24 e seguintes da Lei Federal nº 8.080/1990 e pelos arts. 6º, XLIII; 74, IV; 78, I; 79, III e parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na RDC nº 11, de 13 de março de 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de diálise, bem como demais atos normativos do Ministério da Saúde e da ANVISA correlatos, ficando também vinculado à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao Decreto Municipal nº 7.074/2023 e às demais legislações aplicáveis, com o objetivo de garantir a conformidade legal e a segurança jurídica do processo.

Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO	QUANT. MÉDIA MENSAL
1	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internado no Hospital Central de Emergência - HCE do Município.	Até 105 procedimentos
2	Diálise prolongada, em paciente adulto agudo, internado no Hospital de Emergência - HCE do Município.	Até 11 procedimentos
3	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internado no Hospital Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 105 procedimentos
4	Dialise prolongada, em paciente adulto agudo, internado no Hospital Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 11 procedimentos
5	Diálise peritoneal, em paciente adulto agudo, internado no Hospital Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 10 procedimentos
6	Hemodiálise, em paciente pediátrico agudo, internado no Hospital Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 10 procedimentos

2- DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

2.1. O presente Chamamento Público será realizado na modalidade de **credenciamento**, configurando hipótese de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, **inciso I e parágrafo único**, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se a natureza do serviço e a impossibilidade de se estabelecer competição, uma vez que todos os interessados que atenderem às condições estabelecidas no Edital e seus anexos poderão ser credenciados para a prestação dos serviços.

2.2. A inexigibilidade de licitação justifica-se pela natureza assistencial dos serviços e pela inviabilidade de competição, considerando que todos os interessados que atenderem às condições estabelecidas neste Edital poderão ser credenciados, sem exclusividade, observando-se a demanda regulada pela Central Municipal de Regulação, a capacidade técnica dos prestadores e a necessidade de ampliação da oferta assistencial, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

2.3. Nos termos do §1º do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento permite que a Administração Pública selecione todos os prestadores que satisfaçam as condições previamente estabelecidas, não cabendo lances ou negociações de valores.

2.4. A adoção do credenciamento também encontra respaldo nas normativas do Sistema Único de Saúde (SUS) e nas regulamentações sanitárias vigentes, em especial na RDC nº 11, de 13 de março de 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabelece os requisitos de boas práticas para os serviços de diálise, bem como nos princípios da integralidade da assistência e da necessidade de ampliação da oferta de serviços especializados quando insuficientes na rede própria.

2.5. Ressalta-se que a inexistência de competição viável entre os prestadores, dada a imprevisibilidade da quantidade exata de procedimentos mensais e a necessidade de adesão contínua, torna a licitação inviável como forma tradicional de seleção, sendo o credenciamento o instrumento jurídico mais adequado para atender ao interesse público, com transparência e controle.

2.6. A inexigibilidade também observa os princípios e diretrizes da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), garantindo que a contratação atenda ao planejamento regionalizado e às necessidades assistenciais reais da população local, conforme pactuação da gestão municipal com a rede SUS.

2.7. Por fim, a inexigibilidade de licitação está devidamente fundamentada nos elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e demais documentos técnicos que compõem o presente processo administrativo, estando sua legalidade assegurada.

3- DOS SERVIÇOS:

3.1. O presente Chamamento Público tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas e com capacidade técnica comprovada, para a prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise, na modalidade beira leito (in loco), destinados ao atendimento de pacientes renais crônicos, agudos ou em situações de urgência e emergência, que estejam internados em hospitais, unidades de pronto atendimento ou outras unidades de saúde integrantes da rede pública municipal de Cabo Frio.

3.2. Os serviços compreendem a realização de sessões de Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise, na modalidade beira leito (in loco), incluindo a disponibilização de equipamentos específicos, insumos, soluções dialíticas, materiais descartáveis, equipe técnica especializada e todo o suporte assistencial necessário à execução integral da terapia, devendo ser realizados mediante indicação médica devidamente fundamentada, com monitoramento clínico contínuo do paciente durante todo o período do procedimento. A execução deverá observar rigorosamente as normas técnicas, sanitárias e assistenciais vigentes, em especial as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como os protocolos clínicos e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.3. Os serviços serão prestados de acordo com as seguintes diretrizes:

a) Serão regulados exclusivamente pela Central Municipal de Regulação, com base em critérios clínicos e fluxos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

- b) A prestação dos serviços deverá observar os princípios da universalidade, integralidade, equidade e humanização, bem como os protocolos clínicos e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela gestão local;
- c) O atendimento deverá ser garantido a todos os usuários devidamente autorizados pela Regulação Municipal, sem qualquer forma de discriminação;
- d) Os prestadores credenciados deverão garantir disponibilidade contínua, em regime ininterrupto, inclusive para atendimento de urgência e emergência, assegurando a realização das sessões em tempo oportuno, conforme a necessidade clínica do paciente;
- e) A contratada deverá dispor de equipamentos próprios ou disponibilizados, devidamente registrados na ANVISA, realizando manutenção preventiva e corretiva regular, bem como garantir o fornecimento de todos os insumos necessários à execução da terapia;
- f) A equipe mínima deverá ser composta por médico nefrologista responsável técnico, enfermeiro e técnicos de enfermagem capacitados em terapia dialítica, devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe, observando-se o dimensionamento profissional por paciente exigido na RDC nº 11/2024 da ANVISA e demais normas do COFEN/CRM;
- g) A execução dos serviços deverá ocorrer no próprio leito do paciente (beira leito), garantindo segurança assistencial, controle de infecção e adequação às condições clínicas do paciente;
- h) A contratada deverá observar rigorosamente as normas de biossegurança, controle de infecção hospitalar e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS), conforme legislação vigente;
- i) Deverá ser assegurado o registro completo das sessões realizadas, incluindo parâmetros clínicos, intercorrências e evolução do paciente, para fins de controle, auditoria e faturamento.
- j) A contratada é integralmente responsável pela qualidade da água utilizada no procedimento, devendo realizar o monitoramento microbiológico e químico do sistema de tratamento de água portátil utilizado, apresentando os laudos técnicos periodicamente à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da unidade atendida;

3.4. Os procedimentos serão autorizados exclusivamente mediante solicitação médica fundamentada, com regulação prévia da Secretaria Municipal de Saúde, observando-se o fluxo regulatório vigente, conforme critérios clínicos padronizados.

3.5. Em razão da natureza do serviço de hemodiálise beira-leito (in loco), que exige a instalação de equipamentos e equipe técnica dentro das unidades hospitalares municipais, a distribuição da demanda observará a viabilidade operacional e a impossibilidade técnica de coabitação de diferentes empresas no mesmo ambiente de terapia intensiva.

3.5.1. O credenciado melhor classificado na ordem cronológica de homologação assumirá a prestação integral na unidade hospitalar disponível.

3.5.2. Havendo mais de uma empresa credenciada, a convocação para novas unidades ou para substituição em caso de incapacidade de atendimento seguirá a ordem de credenciamento, garantindo a impessoalidade e a alternância conforme o art. 79, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Os procedimentos objeto deste Chamamento correspondem à prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise beira leito, conforme detalhamento constante no Termo de Referência (Anexo I), observando-se os seguintes parâmetros:

Objeto: Serviços de Hemodiálise Beira Leito (Terapia Renal Substitutiva TRS);

Códigos de Referência: Conforme Tabela municipal vigente;

Valores Vigentes: Conforme tabela adotada pela Secretaria Municipal de Saúde, aplicáveis à remuneração por produção efetivamente realizada.

3.7. O pagamento será realizado exclusivamente pelos procedimentos efetivamente realizados e devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme produção mensal apresentada pelo prestador, acompanhada da documentação exigida.

4 FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços serão prestados de forma contínua, conforme demanda regulada pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os critérios clínicos, a necessidade assistencial dos pacientes e a disponibilidade da rede credenciada, nos termos deste Edital e do Termo de Referência, garantindo funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.2. A execução dos procedimentos deverá assegurar o acesso universal, igualitário e oportuno aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os princípios da integralidade, equidade e eficiência, devendo os serviços ser prestados segundo os protocolos clínicos vigentes e diretrizes do Ministério da Saúde.

4.3. Os atendimentos ocorrerão mediante regulação prévia, conforme fluxos e protocolos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, cabendo aos prestadores credenciados garantir capacidade operacional compatível com a demanda, inclusive para situações de urgência e emergência, quando aplicável, assegurando a disponibilização de equipe técnica especializada, equipamentos, insumos, medicamentos e logística e sistemas de tratamento de água potáveis conforme a RDC nº 11/2024 estipula, necessários à execução integral dos serviços, bem como o cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, especialmente o tempo máximo de resposta de até 02 (duas) horas para casos urgentes.

4.4. Fica vedada qualquer forma de recusa injustificada de atendimento, discriminação de usuários ou cobrança adicional, devendo os serviços ser executados em estrita conformidade com as normas do SUS, protocolos clínicos vigentes e demais disposições deste Edital e do Termo de Referência, incluindo a obrigatoriedade de registro em prontuário e emissão de relatórios técnicos dos atendimentos realizados.

4.5. Em caso de falha técnica em qualquer equipamento dialítico ou no sistema de tratamento de água, a credenciada deverá providenciar a substituição imediata do maquinário, sem prejuízo à continuidade do tratamento do paciente e sem ônus adicional à Administração.

5- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste credenciamento todas as pessoas jurídicas legalmente constituídas, especializadas na prestação de serviços de saúde na área de Terapia Renal Substitutiva (TRS) Hemodiálise, na modalidade beira leito, que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e que possuam infraestrutura hospitalar adequada, equipamentos compatíveis, regularidade sanitária e equipe técnica devidamente habilitada para a execução dos serviços de hemodiálise, em conformidade com as normas técnicas vigentes do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentações da ANVISA e demais legislações aplicáveis.

5.2. A participação está condicionada à apresentação de toda a documentação exigida neste Edital, comprovando o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, bem como às declarações obrigatórias previstas em lei.

5.3. Os interessados deverão estar devidamente inscritos e regulares nos cadastros fiscais, trabalhistas e previdenciários exigidos, bem como possuir alvará de funcionamento válido e registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES.

5.4 Não poderão participar as pessoas jurídicas:

- a)** Que estejam suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;
- b)** Declaradas inidôneas por ato administrativo do Poder Público, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c)** Que tenham sido punidas com declaração de inidoneidade ou suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**;
- d)** Que possuam dirigentes, administradores ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou ocupem cargos comissionados na Prefeitura Municipal de Cabo Frio, exceto quando houver previsão legal que

permita a contratação;

e) Em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

f) Que apresentem pendências junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

g) Que possuam vínculo de subordinação ou exclusividade com outras empresas já credenciadas para o mesmo objeto, quando isso puder comprometer a competitividade e a isonomia entre os prestadores;

h) Que estejam com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES desatualizado ou irregular para a atividade a ser desenvolvida.

6- RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

6.1. Não será admitida a participação, direta ou indireta, de pessoas jurídicas que se enquadrem em qualquer das situações descritas a seguir, considerando-se como impedimento absoluto à habilitação:

a) Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, nos termos do art. 156 da **Lei nº 14.133/2021**;

b) Empresas punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com qualquer esfera da Administração Pública, Federal, Estadual ou Municipal;

c) Empresas que se encontrem em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

d) Empresas cujos sócios, dirigentes, administradores, responsáveis técnicos ou integrantes do quadro societário estejam cumprindo pena de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública;

e) Empresas cujos representantes legais possuam vínculo empregatício ou de subordinação com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, exceto nos casos previstos em lei que permitam a contratação;

f) Empresas que constem no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** ou no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, mantidos pela Controladoria-Geral da União;

g) Empresas que estejam impedidas de contratar por força de decisão judicial transitada em julgado ou determinação de órgão de controle externo;

h) Empresas que apresentem vínculos societários ou contratuais de exclusividade com prestadores já credenciados, quando tais vínculos comprometerem a competitividade, a transparência ou a isonomia do credenciamento;

i) Empresas que não possuam registro regular e ativo no **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES**, contemplando a especialidade e os serviços objeto deste edital;

j) Empresas que tenham sido desligadas ou descredenciadas pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio em credenciamentos anteriores, por descumprimento contratual ou irregularidade grave, nos últimos 2 (dois) anos.

6.2. A constatação, a qualquer tempo, do enquadramento da credenciada em qualquer das hipóteses de restrição acima, implicará o seu imediato desligamento do credenciamento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

7- DO PREÇO

7.1. O valor a ser pago pelos serviços objeto deste credenciamento corresponderá aos montantes estabelecidos na **Tabela Municipal Diferenciada de Procedimentos**, instituída pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme discriminação constante no Termo de Referência (Anexo I) aplicáveis a cada procedimento autorizado e efetivamente executado, não configurando tais valores garantia de volume mínimo de contratação ou geração automática de receita ao credenciado.

ITEM	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO	QUANT. MÉDIA MENSAL	VALOR
1	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internando no Hospital Central de Emergência - HCE do Município.	Até 105 procedimentos	R\$ 1.368,74
2	Diálise prolongada, em paciente adulto agudo, internado no Hospital de Emergência - HCE do Município.	Até 11 procedimentos	R\$ 1.225,00

3	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internando no Hospital Central Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 105 procedimentos	R\$ 1.368,74
4	Dialise prolongada, em paciente adulto agudo, internando no Hospital Central Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 11 procedimentos	R\$ 1.225,00
5	Dialise peritoneal, em paciente adulto agudo, internando no Hospital Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 10 procedimentos	R\$ 1.539,72
6	Hemodiálise, em paciente pediátrico agudo, internando no Hospital Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 10 procedimentos	R\$ 1.368,74
		ESTIMADO MENSAL	R\$ 343.470,00
		ESTIMADO ANUAL	R\$ 4.121.640,00

7.2. As empresas credenciadas serão remuneradas por sessão de hemodiálise beira leito realizada, conforme tabela de preços unitários disponibilizada no credenciamento pela Secretaria de Saúde.

7.3. Os valores dos serviços são fixos e não negociáveis, estabelecidos com base na mediana de mercado conforme apurado em pesquisa técnica, garantindo a transparência e a publicidade da Tabela de Preços Referenciais constante no **ANEXO II** deste Edital, em conformidade com o art. 79, §1º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

7.4. A execução da despesa observará as normas da Lei nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), ficando condicionada à existência de dotação orçamentária e à emissão de empenho prévio por parte do Fundo Municipal de Saúde.

7.5. O valor por procedimento poderá ser atualizado mediante ato formal da Administração, aplicando-se o novo valor para os serviços realizados a partir da data de vigência da atualização.

7.6. O pagamento será condicionado à apresentação de faturamento acompanhado dos relatórios mensais de produção, contendo:

- a)** identificação do paciente, conforme registro no sistema de regulação;
- b)** data de realização do procedimento;
- c)** relatório assistencial da sessão, incluindo evolução médica e de enfermagem, parâmetros clínicos e intercorrências, devidamente assinado por profissional habilitado.

7.7. Não será admitida cobrança de valores adicionais ao Município por serviços previstos neste edital, ainda que sob justificativa de deslocamento, complexidade do procedimento ou outros custos operacionais.

7.8. O valor estabelecido no presente item já contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à prestação dos serviços, incluindo encargos sociais, tributos, insumos, materiais, manutenção de equipamentos, despesas administrativas e demais custos decorrentes da execução contratual.

7.9. Plurianual e na LOA Lei Orçamentária Anual, através das dotações orçamentárias abaixo descritas:

DESCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA	
Órgão:	Fundo Municipal de Saúde
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho:	10.302.0032.2.143

Natureza:	3.3.90.39.00
Fonte:	1600, 1621,1635
Ficha:	1118,1515,1123,1122,1121,1119,1120

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA	
Órgão:	Fundo Municipal de Saúde
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho:	10.122.0029.2.121
Natureza:	3.3.90.39.00
Fonte:	1600,1621,1635
Ficha:	980,1513,979

8- DOS DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

8.1. Os documentos deverão ser protocolados no Setor de Contas Médicas da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, localizado na Rua Fagundes Varela, nº 97 Bairro São Cristóvão CEP: 28909-270 Cabo Frio/RJ, de segunda a quinta-feira, no horário de 08h às 12h e de 14h às 17h.

Quando não encaminhados em seus originais, os documentos poderão ser apresentados em cópias autenticadas, exceto nos casos em que a autenticidade possa ser verificada por meio dos endereços eletrônicos oficiais dos respectivos órgãos emissores, via internet.

8.2. Relação dos Documentos para o Credenciamento

8.2.1. Solicitação de Credenciamento

a) Formulário de solicitação, conforme modelo constante no Anexo I deste edital, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da empresa.

8.2.2. Representação por Terceiros

- a)** Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, quando a solicitação for feita por representante legal não constante no contrato social;
- b)** Documento de identificação oficial com foto do procurador.

8.2.3. Habilitação Jurídica

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de todas as alterações contratuais ou da consolidação;
- c)** Documento de eleição ou designação dos administradores, no caso de sociedades por ações ou cooperativas;
- d)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União);
- c)** Certidão Negativa de Débitos relativos ao INSS;
- d)** Certificado de Regularidade do FGTS;

- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, conforme a sede da interessada;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- g) Alvará de Funcionamento vigente, emitido pelo órgão competente, compatível com a atividade objeto do credenciamento.

8.2.5. Declarações

- a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho de menores em condições insalubres ou perigosas; **(ver modelo anexo II)**
- b) Declaração de inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público; **(ver modelo anexo III)**
- c) Declaração de que não mantém servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante como sócio, dirigente ou responsável técnico; **(ver modelo anexo IV)**
- d) Declaração de atendimento às exigências de acessibilidade, conforme legislação vigente; **(ver modelo anexo V)**
- e) Declaração de que possui todos os equipamentos e infraestrutura necessários para a prestação do serviço, em conformidade com as normas da ANVISA e do Ministério da Saúde. **(ver modelo anexo VI)**

8.2.6. Documentação de Qualificação Técnica

- a) Certificado de inscrição e responsabilidade técnica emitido pelo conselho regional de fiscalização profissional competente;
- b) Certidão de Vigilância Sanitária Municipal vigente, compatível com o serviço a ser prestado;
- c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde CNES atualizado;
- d) Responsável técnico pelo serviço: título de especialista ou certificado de residência médica na área do credenciamento pretendido e certificado de responsabilidade técnica emitido pelo órgão competente;
- e) Relação nominal dos profissionais que atuarão na execução dos serviços, com respectivos horários de trabalho e indicação do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) de cada categoria;
- f) Cópia do diploma de todos os profissionais envolvidos nas ações a serem executadas;
- g) Cópia da carteira de registro no respectivo Conselho Regional;
- h) Comprovantes de especialização para profissionais médicos, emitidos por sociedade médica reconhecida ou comprovação de residência médica na área de atuação;
- i) Relação detalhada dos equipamentos disponíveis, incluindo marca, modelo, ano de fabricação e capacidade de produção mensal dos serviços;
- j) Quando aplicável, comprovação de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas técnicas vigentes.

8.2.6.1. Os documentos constantes deste item poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor designado do Município, ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial.

8.2.6.2. A CREDENCIADA poderá utilizar-se do disposto no art. 124 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, para apresentar outras formas de comprovação aceitas pela Administração.

8.2.6.3. Toda a documentação deverá ser entregue **organizada conforme estabelecido neste Edital**, em perfeito estado de conservação e **com cópias legíveis**, sob pena de indeferimento do credenciamento.

9- DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da **Comissão Especial de Credenciamento**, composta por **02 (dois) membros da área técnica/solicitante (setor de Contas Médicas)**, **01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde**, **01 (um) representante da Atenção Primária à Saúde APS**, **01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde** e **01 (um) representante da Gestão de Contratos**, após o recebimento da solicitação de credenciamento, terá o prazo de até **15 (quinze) dias** para análise da documentação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela Comissão.

9.2. A Comissão Especial de Credenciamento atuará conforme as diretrizes estabelecidas no **Decreto Municipal nº 7.074/2023**, assegurando a legalidade, transparência, impessoalidade e regularidade do procedimento.

9.3. É facultada à Comissão, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, garantindo a fiel observância das exigências do edital.

9.4. A Comissão poderá realizar diligências e visitas técnicas in loco, com ou sem prévio agendamento, na base operacional da empresa e/ou nos locais de execução dos serviços, quando aplicável, com o objetivo de verificar a capacidade técnica, a disponibilidade de equipamentos, a estrutura logística e as condições reais de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

9.5. Não serão consideradas as propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital e seus anexos.

9.6. Não será aceito o envio de documentos via fax ou qualquer meio não previsto no edital.

9.7. Caso necessário, e conforme a demanda assistencial, poderá ser realizada a cessão de espaço físico em unidades da rede pública municipal, mediante formalização de Termo de Cessão de Uso de Espaço, de caráter acessório e com vigência vinculada ao contrato de prestação de serviços de saúde.

A cessão será admitida quando necessária à execução dos serviços em ambiente hospitalar ou de urgência e emergência, observando a complexidade do atendimento, a classificação de risco clínico do paciente e a necessidade assistencial devidamente justificada.

A utilização do espaço deverá estar formalmente registrada no processo administrativo, assegurando a eficiência, continuidade e qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

10- IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital por supostas irregularidades, devendo protocolar o pedido na **Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio**, no endereço constante no item **8.1**, para análise e decisão da **Comissão Especial de Credenciamento da Saúde**, que deverá julgar e responder à impugnação no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento.

10.2. Qualquer interessado poderá, dentro dos prazos estabelecidos, **solicitar esclarecimentos** ou apresentar **impugnação** a este Edital de Credenciamento, mediante requerimento formal, protocolado no endereço indicado no item 8.1 ou por meio eletrônico, se disponibilizado oficialmente pela Administração.

10.3. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital o interessado que não o fizer até **05 (cinco) dias úteis** antes da data designada para a abertura do prazo de credenciamento, devendo o pedido indicar **de forma objetiva, clara e fundamentada** os pontos questionados ou as dúvidas a serem esclarecidas.

10.4. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será reaberto o prazo para apresentação dos requerimentos de habilitação **apenas** se a modificação do Edital puder afetar a ampla participação de interessados no credenciamento ou alterar condições essenciais do certame.

10.5. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mesmo meio de publicação do Edital, passando a integrar o instrumento convocatório para todos os efeitos legais, de forma a garantir transparência e igualdade de condições entre os participantes.

11- DO CREDENCIAMENTO/CONTRATO

11.1. Deferido o pedido de credenciamento, será firmado o **Termo de Credenciamento**, instrumento jurídico que atesta que a empresa está apta a prestar os serviços de saúde objeto deste Edital, observadas as condições e obrigações nele estabelecidas.

11.2. O credenciamento terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo a Administração Pública realizar a contratação a qualquer momento, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, para execução dos procedimentos propostos.

11.3. Em caso de duas ou mais empresas credenciadas, a cessão de eventual espaço municipal, quando necessária, será realizada de acordo com:

I A ordem cronológica dos pedidos de credenciamento;

II A capacidade de produção mensal declarada e comprovada pela credenciada;
III Relação de equipamentos disponíveis e suas especificações técnicas.

11.4. Após o credenciamento, ficará a cargo do **Ordenador de Despesas** a emissão da **Ordem de Serviço** e/ou **Ordem de Contratação** para início da execução dos serviços.

12- DO PRAZO

12.1. O prazo de vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Termo de Credenciamento.

12.2. O prazo poderá ser prorrogado, observados os limites do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e vantagem para a Administração, formalmente demonstrados em processo administrativo.

13- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente por **crédito em conta corrente** indicada pela credenciada até a assinatura do Termo de Credenciamento.

13.2. O pagamento será proporcional à produção efetivamente prestada e devidamente comprovada, de acordo com os relatórios e notas fiscais apresentados.

13.3. A credenciada deverá apresentar mensalmente, ao gestor do contrato, **fatura acompanhada dos documentos comprobatórios**, seguindo as normas e prazos de entrega do faturamento definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

13.4. A nota fiscal deverá ser acompanhada de comprovação de quitação de encargos (INSS, ISS, FGTS) referentes ao período faturado.

13.5. Caso haja inconsistência na nota fiscal, o gestor comunicará formalmente à credenciada, que deverá emitir nova nota corrigida, reiniciando-se o prazo de pagamento.

13.6. O pagamento somente será realizado após análise documental, conferência dos dados e atesto pelo gestor do contrato.

13.7. Em caso de glosa, será assegurado à credenciada o direito à manifestação, antes da decisão final.

14- DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento total ou parcial do objeto, execução imperfeita, atraso injustificado ou qualquer infração contratual sujeitará a credenciada, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, e garantido o contraditório e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a)** Advertência;
- b)** Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou parcela inadimplida, dobrada em caso de reincidência;
- c)** Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração por até 2 (dois) anos;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

14.3. O atraso injustificado sujeitará a credenciada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil, limitada ao percentual máximo do art. 412 do Código Civil.

14.4. Antes de aplicar qualquer penalidade, será assegurado prazo de **03 (três) dias úteis** para defesa.

14.5. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro municipal e comunicadas à Secretaria Municipal de Administração para as providências cabíveis.

14.6. Se constatada a prática de ato lesivo à Administração, nos termos da Lei nº 12.846/2013, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções previstas.

15- DOS RECURSOS

15.1. O interessado inabilitado terá prazo de **03 (três) dias úteis** para interpor recurso, contado da publicação oficial ou notificação pessoal, podendo complementar a documentação ou contestar a decisão.

15.2. O recurso será restrito às questões de habilitação e à documentação apresentada no ato da inscrição.

15.3. O protocolo do recurso deverá ser realizado na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço indicado no item 8.1.

15.4. O prazo para decisão será de **03 (três) dias úteis** para reconsideração e, se mantida a decisão, o recurso será remetido à autoridade superior para decisão final em até **10 (dez) dias**.

15.5. O resultado final será divulgado no **Portal da Transparência** da Prefeitura de Cabo Frio.

16- DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO

O gestor do credenciamento, designado pela Secretaria Municipal de Saúde, atuará como responsável direto pelo acompanhamento da execução contratual, devendo assegurar a conformidade técnica, administrativa e financeira dos serviços prestados. Compete-lhe:

16.1. Efetuar os pagamentos devidos à credenciada, observando rigorosamente as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no Termo de Credenciamento, garantindo que os desembolsos ocorram apenas após a comprovação da execução do serviço e o devido atesto das notas fiscais.

16.2. Atestar as notas fiscais apresentadas, após conferência da conformidade técnica e documental dos serviços executados, assegurando que o faturamento esteja de acordo com os quantitativos autorizados e a tabela de valores vigente.

16.3. Realizar, a qualquer tempo, **visitas técnicas**, programadas ou extraordinárias, nas instalações da credenciada, utilizando metodologia de avaliação técnica padronizada ou específica, podendo, para tanto, contar com apoio de outros profissionais e setores da Administração.

16.4. Analisar e validar relatórios técnicos, administrativos e estatísticos encaminhados pela credenciada, de forma a verificar o cumprimento das metas, indicadores de qualidade e padrões assistenciais estabelecidos no contrato e nos protocolos clínicos do SUS.

16.5. Prestar informações e esclarecimentos formais solicitados pela credenciada, disponibilizando documentos e elementos necessários à execução contratual, excetuados aqueles protegidos por sigilo legal ou estratégico.

16.6. Supervisionar e fiscalizar de forma permanente as ações e serviços executados, por meio de instrumentos de controle e avaliação, tais como checklists, formulários padronizados, sistemas informatizados de regulação e protocolos de auditoria, documentando todas as ocorrências relevantes e propondo medidas corretivas quando necessárias.

16.7. Aplicar, quando cabível, as penalidades legais e contratuais, em casos de inexecução total ou parcial, execução inadequada ou descumprimento de cláusulas contratuais, sempre observando o contraditório e a ampla defesa.

16.8. Orientar, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, o fluxo e a operacionalização dos serviços, monitorando mensalmente a quantidade de procedimentos realizados, comparando com a capacidade de produção contratada e a demanda regulada, para garantir eficiência no atendimento e cumprimento dos objetivos do credenciamento.

16.9. Em observância ao disposto no inciso VII do art. 142 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, a distribuição da demanda entre os credenciados observará critérios objetivos, transparentes e isonômicos,

considerando-se, se for o caso, o sistema de rotatividade, a capacidade operacional dos credenciados e a necessidade da Administração Pública, garantindo igualdade de condições entre os participantes do credenciamento.

17- DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

A CREDENCIADA, ao aderir ao presente Chamamento Público e assinar o Termo de Credenciamento, compromete-se a executar o objeto de forma integral, observando as normas técnicas, éticas e administrativas estabelecidas neste Edital, em seus anexos, na legislação aplicável e nas orientações da Secretaria Municipal de Saúde. Constituem obrigações da CREDENCIADA:

17.1. Prestar atendimento aos usuários do SUS, conforme especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência, observando protocolos clínicos, diretrizes assistenciais e parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.2. Comunicar, de forma imediata e formal ao gestor do credenciamento, qualquer alteração temporária ou definitiva no endereço, horário de funcionamento, capacidade instalada, composição societária, atos constitutivos ou no quadro técnico, encaminhando a documentação comprobatória no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** a contar do registro da alteração.

17.3. Notificar o gestor do credenciamento sobre mudança do responsável técnico e/ou de seu substituto, apresentando o novo título de especialista e o registro no conselho de classe competente.

17.4. Manter condições adequadas de funcionamento, com infraestrutura, equipamentos e equipe técnica compatíveis com a demanda contratada, garantindo a continuidade e qualidade do serviço.

17.5. Capacitar e qualificar continuamente suas equipes, de modo a assegurar que todos os profissionais atuem de acordo com as melhores evidências científicas e técnicas.

17.6. Prestar atendimento digno, humanizado, universal e igualitário, garantindo privacidade, conforto e segurança ao paciente.

17.7. Fornecer orientações claras e objetivas aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre o procedimento, direitos, preparos e eventuais restrições, respeitando o direito de consentimento ou recusa, exceto em situações de risco iminente à vida ou obrigação legal.

17.8. A CREDENCIADA deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais dos usuários do SUS contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, nos termos do art. 46 da referida Lei, respondendo civil e administrativamente por eventuais incidentes de segurança, devendo comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas para o credenciamento.

17.10. Submeter-se integralmente à regulação da Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo agendas, prazos e fluxos definidos, e apresentando relatórios periódicos de produção, conforme solicitado.

17.11. Manter contrato de manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos utilizados, realizando aferição/calibração periódica, conforme recomendações do fabricante ou, no mínimo, anualmente.

17.12. Executar todos os serviços com recursos próprios, incluindo equipamentos, insumos, mão de obra técnica e administrativa, materiais de consumo, medicamentos, EPI s, materiais de limpeza, esterilização e demais insumos necessários para a realização dos procedimentos, em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações aplicáveis.

17.13. Disponibilizar ao paciente, sempre que solicitado, cópia dos registros assistenciais das sessões realizadas, incluindo evolução clínica, parâmetros monitorados e intercorrências, em formato físico e/ou eletrônico, compatível com o sistema da Secretaria Municipal de Saúde.

17.14. A CREDENCIADA deverá garantir disponibilidade contínua para atendimento das demandas encaminhadas pela Central Municipal de Regulação, assegurando a prestação dos serviços em regime ininterrupto, compatível com a natureza hospitalar, inclusive para atendimento de urgência e emergência, conforme a necessidade assistencial dos pacientes, devendo manter atualizadas junto à Secretaria Municipal de Saúde as informações relativas à composição de sua equipe técnica, escalas de trabalho e canais formais de comunicação para acionamento, de modo a garantir resposta tempestiva, continuidade do cuidado e adequada execução dos serviços.

17.15. Atender integralmente a demanda regulada, respeitando o quantitativo contratado e as metas mensais estabelecidas, contribuindo para a eliminação da demanda reprimida existente.

17.16. Cumprir os prazos para reparo e substituição de equipamentos: até **48 (quarenta e oito) horas** para conserto no local e até **15 (quinze) dias corridos** para substituição, garantindo que não haja interrupção prolongada na prestação dos serviços.

17.17. Possuir e manter atualizado o **Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde CNES** e atender às exigências da Portaria MS nº 1.646/2015 e demais normativas aplicáveis aos serviços de diálise.

17.18. Cumprir integralmente as obrigações previstas no **art. 142 do Decreto Municipal nº 7.074/2023**, em especial:

- **Subcontratação:** Permitida, quando tecnicamente justificada, desde que a subcontratada atenda aos mesmos requisitos técnicos e legais exigidos da credenciada, permanecendo a contratada principal integralmente responsável pela execução e qualidade do serviço, com autorização prévia da Administração.
- **Encaminhamento de Pacientes:** Realizado exclusivamente via sistema informatizado oficial, garantindo registro e autorização.

17.19. Manter estrutura física e tecnológica em conformidade com as normas sanitárias e regulatórias vigentes, incluindo a observância às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente quanto às condições para prestação de serviços de terapia renal substitutiva em ambiente hospitalar, controle de infecção hospitalar, gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS) e segurança do paciente, bem como assegurar a manutenção preventiva e corretiva periódica de equipamentos médicos e hospitalares utilizados na execução dos serviços, com registros documentais disponíveis para fiscalização da Administração.

17.20. Cumprir fielmente as orientações e determinações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, mantendo postura colaborativa com os setores de regulação, auditoria, fiscalização e controle interno.

17.21. Não cobrar, em hipótese alguma, qualquer valor adicional do paciente ou de seu responsável, sob pena de descredenciamento imediato e aplicação das sanções cabíveis.

18- DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

18.1. Responder integralmente por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu responsável legal, por profissional, empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Edital, sujeitando-se às penalidades cabíveis e ao ressarcimento dos valores eventualmente recebidos.

18.2. Responder por todos os danos, diretos ou indiretos, causados ao gestor do credenciamento, aos pacientes ou a terceiros durante a execução dos serviços, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela presença de fiscalização ou acompanhamento por parte da Administração Pública.

18.3. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive aqueles oriundos de acordos, convenções ou dissídios

coletivos, devendo comprovar o adimplemento sempre que solicitado pelo gestor do credenciamento, sob pena de suspensão de pagamento.

18.4. Responsabilizar-se pela contratação de todo o pessoal necessário à execução dos serviços, assumindo integralmente as obrigações trabalhistas, civis, comerciais e fiscais previstas na legislação vigente, sem qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

18.5. No caso de ações trabalhistas movidas por empregados ou terceirizados da credenciada, ou da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato que incluam a FMS, a Secretaria Municipal de Saúde ou o Município de Cabo Frio no polo passivo, o gestor do credenciamento poderá reter parcelas vincendas correspondentes a até **três vezes** o valor cobrado, podendo complementar a retenção em caso de insuficiência, até a solução da demanda.

19- DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

19.1. A execução dos serviços credenciados será objeto de acompanhamento, supervisão e avaliação permanentes pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de setor competente e de servidores formalmente designados, visando assegurar a plena conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato.

19.2. A fiscalização administrativa e técnica abrangerá, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- I** verificação das condições técnicas, operacionais e estruturais do prestador;
- II** avaliação da qualidade dos serviços prestados, observando indicadores de desempenho previamente definidos;
- III** monitoramento do cumprimento de prazos, fluxos e metas;
- IV** análise documental, contábil e fiscal;
- V** verificação da regularidade profissional dos responsáveis técnicos e demais profissionais de saúde envolvidos.

19.3. A fiscalização não exime a CREDENCIADA de sua responsabilidade integral pelos serviços, inclusive quanto a danos causados a pacientes, à Administração ou a terceiros, nem transfere à Administração qualquer corresponsabilidade técnica, jurídica ou financeira.

19.4. A CREDENCIADA deverá permitir livre acesso dos fiscais aos locais de execução, equipamentos, sistemas, registros e documentos físicos ou digitais relacionados ao contrato, inclusive aqueles de natureza contábil, operacional e técnica.

19.5. O acompanhamento poderá incluir:

- a)** visitas técnicas programadas ou extraordinárias, inclusive sem aviso prévio;
- b)** auditorias internas ou externas;
- c)** inspeções sanitárias;
- d)** aplicação de checklists padronizados de conformidade;
- e)** avaliação de indicadores de qualidade assistencial e de segurança do paciente.

19.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, será registrado em relatório circunstanciado e poderá ensejar advertências, glosas, multas ou até a rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

19.7. Toda ocorrência relevante deverá ser formalmente registrada e comunicada pelo fiscal à autoridade competente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, acompanhada de parecer técnico e eventuais recomendações.

19.8. Alterações na capacidade instalada, estrutura física, quadro técnico ou equipamentos que impactem a execução contratual deverão ser comunicadas previamente ao gestor, que poderá autorizar, restringir ou suspender temporariamente a prestação dos serviços, conforme avaliação.

19.9. A não observância das orientações e determinações oriundas da fiscalização poderá ensejar aplicação de penalidades cumulativas, nos termos deste Edital e da legislação aplicável.

20- DO DESCREDENCIAMENTO

20.1. Constituem motivos para descredenciamento, independentemente da aplicação de penalidades específicas:

I descumprimento reiterado de cláusulas contratuais;

II prestação de serviços em desacordo com as normas sanitárias e técnicas vigentes;

III cometimento de infração administrativa grave, devidamente comprovada;

IV perda das condições de habilitação ou qualificação técnica exigidas para o credenciamento;

V falsidade de informações ou documentos apresentados no processo.

20.2. O descredenciamento poderá ser determinado a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo instaurado para este fim.

20.3. A rescisão decorrente de descredenciamento não gerará direito a indenização, assegurando-se apenas o pagamento dos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados até a data de sua efetivação.

20.4. O descredenciamento será registrado em sistema próprio e comunicado aos órgãos de controle, podendo implicar impedimento de participação em novos certames pelo prazo que for fixado na decisão administrativa.

20.5. A renúncia voluntária ao credenciamento deverá ser comunicada formalmente à Administração com antecedência mínima de **120 (cento e vinte) dias**, garantindo a continuidade da assistência até o desligamento efetivo.

20.6. Da Rescisão e das Sanções

20.6.1. A rescisão do Termo de Credenciamento observará o disposto no art. 19 do Decreto Municipal nº 7.074/2023 e poderá ocorrer:

I por iniciativa da Administração, em razão de infração grave, descumprimento contratual, interesse público ou necessidade de reorganização da rede de serviços;

II por solicitação formal do credenciado, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos;

III por mútuo acordo entre as partes;

IV nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, execução inadequada, paralisação injustificada, prática de atos ilícitos ou perda das condições de habilitação exigidas;

V nas demais hipóteses previstas em lei.

20.6.2. O descumprimento contratual sujeitará o credenciado às sanções previstas no Decreto Municipal nº 7.074/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em chamamentos públicos no Município de Cabo Frio;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.6.3. O pedido de descredenciamento voluntário deverá ser formalizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, não eximindo o credenciado das obrigações já assumidas.

21. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

21.1. A Administração poderá, por despacho motivado, adiar, prorrogar, revogar ou anular, no todo ou em parte, o presente certame, sem que disso resulte qualquer direito a indenização ou ressarcimento por parte dos interessados, assegurando-se apenas o pagamento pelos serviços efetivamente prestados e atestados.

21.2. A revogação ocorrerá por razões de interesse público, supervenientes e devidamente justificadas. A anulação será aplicada nos casos de ilegalidade formal ou material do procedimento, constatada de ofício ou provocada por terceiros, mediante decisão fundamentada.

21.3. O ato que decidir pela revogação ou anulação deverá ser publicado no Portal da Transparência e nos meios oficiais de comunicação da Prefeitura, produzindo efeitos imediatos.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1.** A participação neste credenciamento implica aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e eventuais retificações.
- 22.2.** O credenciamento não obriga a Administração a contratar a totalidade dos serviços ou a demandar quantitativos mínimos, ficando a contratação vinculada às necessidades e à disponibilidade orçamentária.
- 22.3.** O acionamento dos serviços dependerá de requisição formal e autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, não sendo admitida demanda espontânea diretamente ao prestador sem regulação.
- 22.4.** É de responsabilidade exclusiva dos interessados acompanhar publicações, comunicados e convocações no Portal da Prefeitura e nos meios oficiais de divulgação.
- 22.5.** É vedada a adesão de outros órgãos ou entidades da Administração Pública ao presente credenciamento, restringindo-se o contrato à Administração responsável, conforme Decreto Municipal nº 7.074/2023.
- 22.6.** A prestação dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Fornecimento, sob pena de aplicação das penalidades previstas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pelo gestor.

23. DAS CLÁUSULAS COMPLEMENTARES DECRETO MUNICIPAL Nº 7.074/2023

Em cumprimento ao disposto nos arts. 143 a 151 do Decreto Municipal nº 7.074/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Cabo Frio, o presente Termo de Referência contempla as seguintes disposições complementares:

Art. 143. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste Decreto.

§ 1º O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade credenciante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

Art. 144. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro de Fornecedores, sob pena de desc credenciamento.

Art. 145. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade credenciante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o credenciante poderá cancelar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Decreto e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 146. O credenciado que deixar de cumprir as exigências deste Decreto, do edital de credenciamento ou dos contratos firmados com a Administração será desc credenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 147. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu desc credenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade responsável pelo credenciamento.

§ 1º A formalização do desc credenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O pedido de desc credenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 148. Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação, observado o disposto no art. 38, no que couber.

Art. 149. O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.

Parágrafo único. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

Art. 151. A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital e dar início à execução do serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital de credenciamento.

24. RELAÇÃO DE ANEXOS:

Integram o presente Edital, para todos os efeitos legais, os seguintes anexos, considerados parte indissociável deste instrumento convocatório:

Anexo I Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo II Modelo de Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (Declaração de Menor);

Anexo III Modelo de Declaração de inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público ;

Anexo IV Modelo de Declaração de que não mantém servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante como sócio, dirigente ou responsável técnico;

Anexo V Modelo de Declaração de atendimento às exigências de acessibilidade, conforme legislação vigente;

Anexo VI Modelo de Declaração de que possui todos os equipamentos e infraestrutura necessários para a prestação do serviço;

Anexo VII Modelo de Procuração para Representação;

Anexo VIII Minuta do Termo de Credenciamento;

Anexo IX Tabela de Preços Referenciais.

Parágrafo único. Todos os modelos e minutas anexos deverão ser observados e preenchidos conforme as instruções específicas, sob pena de inabilitação, devendo as declarações ser emitidas em papel timbrado da proponente, assinadas pelo representante legal e acompanhadas, quando cabível, da documentação comprobatória.

25. APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Edital foi previamente submetido à análise e aprovação da autoridade competente, que atestou sua conformidade jurídica, técnica e administrativa, garantindo a legalidade e a regularidade do procedimento de credenciamento.

Após a aprovação, o presente instrumento convocatório será publicado integralmente no **Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Cabo Frio**, no **Diário Oficial do Município**, no **site oficial do Município**, bem como no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, devendo permanecer disponível durante toda a sua vigência, em observância aos princípios da publicidade, isonomia e eficiência que regem a Administração Pública.

Cabo Frio/RJ, 13 de maio de 2026.

BEATRIZ CAVALCANTE TRINDADE MARINS
Secretária Municipal de Saúde
Mat.: 240403



e-PRO Processo Eletrônico

PMCF/ADM INTERNO - SEMUSA/37996/2025-E

A autenticidade deste documento pode ser conferida através da leitura do Qrcode ou informando o N° de Controle e N° da GUID.

Criado por [MARIANA SALLES SIMONI](#) em Quarta-feira, 13 de Maio de 2026 14:07:01

N° de Controle: 0615717 N° da GUID: EB72AE6E-70F3-417C-888D-4EB2EE806513

Versão 001 criada em Quarta-feira, 13 de Maio de 2026 14:07:01



Documento assinado eletronicamente por BEATRIZ CAVALCANTI TRINDADE MARINS , SECRETÁRIA DE SAÚDE em 13/05/2026 14:25:20 no horário de Brasília com fundamento no [decreto N° 7.679, de 11 de novembro de 2025](#)